



# CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES 1

## AS PERCEPÇÕES DAS FAMÍLIAS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O USO DOS RECURSOS E OS IMPACTOS NA VIDA DE COMUNIDADES RURAIS

**Dawanne Lima Gomes<sup>1</sup>**

(Autora; dawanne\_12@hotmail.com; Engenheira Agrônoma)

**Roberto Porro<sup>2</sup>**

(Co-autor; roberto.porro@embrapa.br; Antropólogo e Engenheiro Agrônomo)

**Ruth Helena Cristo Almeida<sup>3</sup>**

(Co-autora; ruthpara79@gmail.com; Doutora em Ciências Agrárias; Universidade Federal Rural da Amazônia)

**Ana Paula Palheta Santana<sup>4</sup>**

(Co-autora; paula.santana@ifpa.edu.br; Doutora em Ciências Sociais; Instituto Federal do Pará)

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Dawanne Lima Gomes, Jadson Justi Roberto Porro, Ruth Helena Cristo Almeida y Ana Paula Palheta Santana: "As percepções das famílias sobre o programa bolsa família: O uso dos recursos e os impactos na vida de comunidades rurais", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (enero 2021). En línea:  
<https://www.eumed.net/es/revistas/contribuciones-ciencias-sociales/enero-2021/programa-bolsa-familia>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a percepção de famílias beneficiárias sobre o efeito do Programa para seu bem-estar e execução de atividades econômicas. Trata-se de uma pesquisa quantitativa que realizou a coleta de dados por meio de questionário aplicado para 36 beneficiários do Programa em nove comunidades dos Municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, no Estado do Maranhão. A análise indica a importância do Programa para as famílias dos dois Municípios pesquisados, pois, colabora para o bem-estar das mesmas, o que se contrapõe aos argumentos de acomodação por parte dos beneficiários, pois, foi possível observar que dentre os entrevistados, as respostas mais frequentes indicam não haver diferença em suas atividades econômicas a partir do acesso ao Programa. É necessário observar a percepção dos beneficiários quanto o acesso ao Programa Bolsa Família, de forma para preencher a lacuna de trabalhos nessa área e contribuir para ações governamentais visando o aperfeiçoamento não só do Programa, mas

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma; Mestranda do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS) da Universidade Federal do Pará (UFPA); dawanne\_12@hotmail.com

<sup>2</sup> Antropólogo e Engenheiro Agrônomo; Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental; roberto.porro@embrapa.br

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Agrárias; Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); ruthpara79@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Ciências Sociais; Docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto Federal do Pará (IFPA); paula.santana@ifpa.edu.br

de medidas que ofereçam melhores condições para as famílias rurais e não rurais que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, para de fato superar a desigualdade social.

**Palavras-chave:** Políticas públicas, Desigualdade social, Transferência de renda.

## **PERCEPCIONES DE LAS FAMILIAS SOBRE EL PROGRAMA FAMILIAR BOLSA: USO DE RECURSOS E IMPACTOS EN LA VIDA DE LAS COMUNIDADES RURALES**

### **RESUMEN**

Este trabajo tiene como objetivo analizar la percepción de las familias beneficiarias sobre el efecto del Programa en su bienestar y desempeño de las actividades económicas. Se trata de una investigación cuantitativa que realizó la recolección de datos a través de un cuestionario aplicado a 36 beneficiarios del Programa en nueve comunidades de los Municipios de Lago do Junco y Lago dos Rodrigues, en el Estado de Maranhão. El análisis indica la importancia del Programa para las familias de los dos Municipios encuestados, ya que contribuye a su bienestar, lo que contrasta con los argumentos de alojamiento de los beneficiarios, ya que se pudo observar que entre los entrevistados, las respuestas más frecuentes indican que no hay diferencia entre sus actividades económicas y el acceso al Programa. Es necesario observar la percepción de los beneficiarios sobre el acceso al Programa Bolsa Família, con el fin de llenar el vacío de trabajo en esta área y contribuir a las acciones de gobierno dirigidas a mejorar no solo el Programa, sino medidas que ofrezcan mejores condiciones a las familias rurales y personas no rurales que se encuentran en situación de pobreza y pobreza extrema, con el fin de superar la desigualdad social.

**Palabras clave:** Políticas públicas, Desigualdad social, Transferencia de efectivo.

## **FAMILIES PERCEPTIONS ABOUT THE BOLSA FAMILY PROGRAM: RESOURCE USE AND IMPACTS ON THE LIFE OF RURAL COMMUNITIES**

### **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the perception of beneficiary families about the Program's effect on their well-being and the performance of economic activities. This is a quantitative research that carried out data collection through a questionnaire applied to 36 beneficiaries of the Program in nine communities in the Municipalities of Lago do Junco and Lago dos Rodrigues, in the State of Maranhão. The analysis indicates the importance of the Program for the families of the two Municipalities surveyed, as it contributes to their well-being, which contrasts with the beneficiaries' accommodation arguments, as it was possible to observe that among the interviewees, the more frequent responses indicate that there is no difference in their economic activities from access to the Program. It is necessary to observe the perception of the beneficiaries regarding access to the Bolsa Família Program, in order to fill the gap in work in this area and contribute to government actions aimed at improving not only the

Program, but measures that offer better conditions for rural families and non-rural people who are in poverty and extreme poverty, in order to overcome social inequality.

**Keywords:** Public policies, Social inequality, Cash transfer.

## 1. INTRODUÇÃO

O Maranhão é um dos 9 estados que formam o Nordeste brasileiro. Possui o maior índice de população rural, estimada em 38%, sendo a média nacional de 16% (IBGE, 2010). Esta população é constituída, sobretudo, por agricultores familiares. O Censo Agropecuário de 2017 indicou que mais de 91% dos cerca de 220.000 estabelecimentos rurais do Maranhão possuem área inferior a 100 hectares (IBGE, 2017) que possuem como uma das principais atividades econômicas a prática do extrativismo do coco babaçu, realizado sobretudo por mulheres, e a agricultura tradicional no sistema de pousio.

A integração destas atividades representa a base de sustento de dezenas de milhares de famílias, o que explica o fato do estado do Maranhão apresentar indicadores sociais dentre os mais baixos do país. Segundo os dados do IBGE (2018) o Maranhão é o estado brasileiro com maior percentual de extrema pobreza, correspondendo a 54,1%.

Tendo esse cenário como premissa foi que o estudo aqui apresentado investigou 2, em 2018, municípios do estado do Maranhão, Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, ambos situados na região do Médio Mearim-MA. Para realizar o levantamento dos dados foram selecionadas 36 famílias, sendo 18 de cada município para realizar entrevistas e a aplicação de questionário. Para a interlocução na pesquisa, foram ouvidos homens e mulheres, de diferentes faixas etárias, oportunizando a polifonia do estudo.

Ainda que outros aspectos tenham sido igualmente investigados, apresentaremos no presente artigo os dados relativos à percepção que as famílias possuem quanto ao Programa Bolsa Família e seus impactos no cotidiano familiar como forma de compreender em que medida a crítica de que tal Programa inibe as famílias de ter outras iniciativas quanto a manutenção econômica do núcleo doméstico.

No Brasil, o acesso a programas de transferência condicional de renda vem se tornando cada vez mais relevante, sendo uma das principais políticas públicas sociais em desenvolvimento. Através desses programas ocorre transferência monetária aos beneficiários de acordo com as condicionalidades exigidas (Nascimento & Reis, 2009). O Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e Bolsa Família (BF) são alguns dos programas de transferência monetária. Esses programas de transferência de renda possuem relevância para a redução da pobreza e desigualdade, mesmo que não sejam a única solução para extinguir a desigualdade social do país (Soares et al., 2006). Em 2003, os programas Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Escola foram unidos, dando origem ao Bolsa Família, lançado em 20 de outubro de 2003 (Nascimento & Reis, 2009).

O Bolsa Família é um programa federal que beneficia milhares de famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. O programa Bolsa Família tem como objetivo atender a três eixos: a transferência de renda para promover o alívio imediato da pobreza; o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários superem a situação de vulnerabilidade (Brasil, 2015).

Para participar do programa é preciso estar inscrito no Cadastro Único para programas sociais do governo federal. Baseado nas informações do cadastro, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) avalia se a família tem ou não perfil para entrar no programa (Brasil, 2017). É utilizado um limite de renda mínima para poder fazer parte do programa Bolsa Família. Em janeiro de 2019, participavam do programa famílias com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa (situação de extrema pobreza) e famílias com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa (situação de pobreza), que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (Calendário Bolsa Família, 2019). O valor do benefício depende da composição da família (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família. Os beneficiários devem atender algumas condicionalidades, como frequência escolar mínima de 85 % para crianças e jovens de 6 a 15 anos, e de 75% para os jovens de 16 a 17 anos, vacinação em dia, crianças de menores de 7 anos devem ter acompanhamento nutricional, e pré-natal para as gestantes (Brasil, 2017).

Acredita-se que políticas de apoio ao crédito e transferências monetárias, como o Programa Bolsa Família, contribuem para a diminuição da pobreza rural, tornando possível a permanência das famílias no meio rural (Lima, Melo & Soares, 2017). Porém, existem críticas ao Programa, as quais alegam que o recurso recebido provoca uma acomodação dos beneficiários e o consequente abandono de suas atividades agrícolas, visto que com o acesso ao Bolsa Família é possível obter uma renda fixa todo mês. O julgamento de acomodação está baseado no fato de que com o benefício recebido os indivíduos perdem o interesse de trabalhar (Medeiros, Brito & Soares, 2007).

Serão apresentados neste trabalho, os dados obtidos que mostram o oposto a esse argumento, indicando que o recurso recebido pelo Bolsa Família atenua a situação de escassez vivida, mas está longe de ser a principal renda das famílias. Dessa forma, este trabalho possui como objetivo analisar a percepção de famílias beneficiárias sobre o efeito do programa para seu bem-estar e execução de atividades econômicas.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

### **2.1. COLETA DE DADOS**

Para analisar a importância do Programa Bolsa Família para o bem-estar local, de acordo com a percepção dos beneficiários, e de que forma o Programa afetou as atividades econômicas da família, os beneficiários responderam perguntas sobre o Programa, incluindo uma pergunta direta sobre o efeito do mesmo na qualidade de vida da família, sendo apresentadas quatro alternativas de respostas: ajuda muito, ajuda um pouco, não faz diferença, ou atrapalha. Outras perguntas incluíam de que forma o programa ajudava o bem-estar da família, e o que o beneficiário faria se pudesse

mudar algo para que o resultado do programa fosse mais positivo. Em relação às atividades econômicas, os entrevistados também responderam se o acesso ao benefício influenciou as práticas agrícolas do domicílio, relatando se houve aumento ou redução da atividade agrícola, ou se a mesma não foi alterada, e o que colaborou para que isso ocorresse. As mesmas perguntas foram feitas em relação às atividades extrativas e de criação animal.

Os dados foram tabulados e as respostas codificadas de 1 a 4 (1= atrapalha, 2= não faz diferença, 3= ajuda um pouco e 4= ajuda muito), sendo apresentadas as estatísticas descritivas (média, mediana e desvio padrão) para os quatro grupos de entrevistados em função da classe de idade e sexo: mulheres até 35 anos e a partir de 35 anos, homens de até 35 anos e a partir de 35 anos.

Quanto à análise da percepção dos entrevistados sobre as consequências para as famílias rurais dos Municípios do Lago do Junco e Lago dos Rodrigues caso o Programa Bolsa Família fosse descontinuado, os entrevistados responderam perguntas sobre quantos anos mais esperam receber o benefício (as respostas foram agrupadas em três categorias: menos de 10 anos, de 10 a 20 anos e mais de 20 anos, de acordo com os quatro grupos de entrevistados), qual seria a outra fonte de renda para substituir a função do recurso quando parassem de recebê-lo, e qual seria o efeito em sua família caso o programa fosse encerrado no final do ano de 2018.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que na percepção dos entrevistados, o programa tem bastante relevância para a qualidade de vida das famílias agroextrativistas na área pesquisada, apresentando média geral 3,7 e mediana 4, valor mais alto possível para esta resposta (Tabela 1).

**Tabela 1 - Percepção dos domicílios quanto ao bem-estar da família**

grupo	nível de efeito do programa na qualidade de vida			
	n	Me	(dp)	Md
<b>mulheres ≤35 anos</b>	9	3,6	0,53	4
<b>mulheres &gt;35 anos</b>	9	3,9	0,33	4
<b>homens ≤ 35 anos</b>	8	3,7	0,46	4
<b>homens &gt;35 anos</b>	10	3,8	0,42	4
<b>Total</b>	36	3,7	0,44	4

*Fonte: Pesquisa de campo, 2018.*

Embora a mediana apresente os mesmos valores nos quatro grupos, é possível observar que o grupo de entrevistados acima de 35 anos demonstra uma percepção mais favorável quanto à contribuição do Programa Bolsa Família para a qualidade de vida das famílias, devido às médias ligeiramente superiores quando comparadas com as médias dos valores informados pelos grupos mais jovens (mulheres: 3,9 a 3,6; homens: 3,8 a 3,7).

Alguns entrevistados enfatizavam que o recurso do benefício era pouco, porém era um pouco que contribuía muito para as despesas das famílias por ser possível contar com uma renda certa todos os meses, além de possibilitar a compra de mantimentos para o domicílio e coisas para as crianças, o que antes não era possível. No estudo de Brandão, Dalt & Gouvêa (2006) as famílias avaliaram o programa Bolsa Família de forma satisfatória, com argumentos de ótimo e bom (88,7%) enquanto apenas 9,8% relataram ser regular, e uma pequena parcela (1,5%) respondeu estarem insatisfeitos.

Sobre o impacto na qualidade de vida do Programa Bolsa Família, a Tabela 2 apresenta as respostas dos entrevistados. Inicialmente, as mesmas foram agrupadas nas seguintes categorias: itens para as crianças (material escolar, roupas e calçados), objetos para a casa, eletricidade, fonte de renda, comprar alimentos, comprar remédios e pagar curso. As respostas foram analisadas de acordo com os grupos entrevistados, sendo apresentadas as respectivas frequências e porcentagens.

É possível observar que o Programa Bolsa Família contribui para o bem-estar das famílias rurais principalmente através da compra de itens para as crianças, correspondendo a 29,6 dos entrevistados. Por outro lado, 25,9% dos entrevistados indicaram que o apoio do programa se dá através da renda adicional, sem mencionar uma finalidade específica, mas relatando que é muito bom poder contar com o dinheiro fixo todo mês. Outros relataram comprar alimentos para o domicílio (16,7%), objetos para a casa (16,7%), remédios (5,6%), pagar a conta de energia (3,7%) e pagar curso para o filho (1,8%) (Tabela 2).

**Tabela 2 - Percepção dos entrevistados sobre contribuição do Bolsa Família para o bem-estar familiar.**

grupo	n	forma que o programa contribui para o bem-estar das famílias						
		itens para crianças	objetos para casa	eletricidade	fonte de renda	comprar alimento	comprar remédio	pagar curso
mulheres ≤ 35 anos	9	5	1	0	1	4	2	0
	%	38,5	7,7	0,0	7,7	30,8	15,4	0,0
mulheres > 35 anos	9	2	5	1	6	1	0	1
	%	12,5	31,2	6,2	37,5	6,2	0,0	6,2
homens ≤ 35 anos	8	3	2	1	3	1	0	0
	%	30,0	20,0	10,0	30,0	10,0	0,0	0,0
homens > 35 anos	10	6	1	0	4	3	1	0
	%	40,0	6,7	0,0	26,7	20,0	6,7	0,0
Total	36	16	9	2	14	9	3	1
	%	29,6	16,7	3,7	25,9	16,7	5,6	1,8

*Fonte: Pesquisa de campo, 2018.*

Por mais que o valor do benefício do Programa Bolsa Família seja um pouco baixo, não deixa de ser importante para as famílias beneficiárias, pois esse recurso permite com que elas tenham acesso e autonomia que antes não tinham. Alguns beneficiários até mesmo relataram que trazia tranquilidade saber que teriam um valor a receber no próximo mês que possibilitaria fazer as compras para o domicílio. Para Moraes & Mazzioni (2017), o acesso a diferentes produtos e alimentos de qualidade é benéfico de modo a refletir na qualidade de vida das famílias, sendo positivo para as condições de saúde, além de colaborar na educação das crianças, diminuindo os indicadores de abandono escolar.

Em relação aos grupos entrevistados, os itens para crianças foram reportados principalmente por homens acima de 35 anos (40%) e mulheres com até 35 anos (38,5%). Quanto a contribuir como fonte de renda, tal foi citado com mais frequência pelo grupo de mulheres acima de 35 anos (37,5%), o mesmo ocorrendo para a aquisição de objetos para a casa (31,2%). Já mulheres com até 35 anos foram as que mais reportaram que o Bolsa Família contribui para a compra de alimentos (30,8%) e de remédios (15,4%). Os homens com até 35 anos (10%) e mulheres acima de 35 anos (6,2%) relataram que o Programa contribui para pagar as contas de energia do domicílio. E uma entrevistada acima de 35 anos (6,2%) relatou que o Programa permite custear o curso de sua filha.

A Tabela 3 apresenta a percepção dos beneficiários quanto ao efeito do recurso do Programa Bolsa Família para suas atividades econômicas (extrativismo do babaçu, agricultura e criação de animais), de acordo com o grupo de entrevistados.

**Tabela 3 - Efeito do programa Bolsa Família para as atividades econômicas do domicílio**

grupo	n	extrativismo do babaçu			Agricultura			criação de animais		
		maior	igual	menor	maior	igual	menor	maior	igual	menor
mulheres ≤ 35	9	2	5	2	3	3	3	2	7	0
anos	%	22,2	55,6	22,2	33,3	33,3	33,3	22,2	77,8	0,0
mulheres > 35	9	1	7	1	0	9	0	2	7	0
anos	%	11,1	77,8	11,1	0	100,0	0	22,2	77,8	0,0
homens ≤ 35 anos	8	2	5	1	2	5	1	3	5	0
	%	25,0	62,5	12,5	25,0	62,5	12,5	37,5	62,5	0,0
homens > 35 anos	10	2	8	0	1	9	0	2	7	1
	%	20,0	80,0	0	10,0	90,0	0	20,0	70,0	10,0
Total	36	7	25	4	6	26	4	9	26	1
	%	19,4	69,4	11,1	16,7	72,2	11,1	25,0	72,2	2,8

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

De acordo com a Tabela 3, 69,4% dos entrevistados responderam que o acesso ao Programa não afetou a prática do extrativismo do babaçu, pois, com o recurso do benefício não é possível comprar todas as coisas para o sustento da família. Já 19,4% responderam que houve aumento no extrativismo, pois de acordo com os mesmos o recurso dava mais incentivo à quebra, pois permitia comprar coco babaçu para a quebra, e complementava a renda da família. Por outro lado, 11,1% relataram que a partir do acesso o extrativismo diminuiu, pelo fato de poderem contar com o dinheiro todo mês.

A partir dos resultados é possível identificar que a maioria dos beneficiários responderam não haver diferença na prática de extrativismo do babaçu. Essa prática é o principal meio de subsistência nas comunidades visitadas, onde as quebradeiras coletam e fazem a quebra do coco para ao final da tarde venderem as amêndoas para a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco que irá beneficiar as amêndoas.

Logo, algumas quebradeiras de coco relataram a relevância do Programa para as suas famílias, mas também abordaram que só o valor do recurso não seria possível para todas as despesas, e que não abandonariam a prática da quebra do coco, pois, o benefício é apenas um complemento para as famílias dessas comunidades rurais. Uma análise semelhante pode ser observada no trabalho de Ahlert (2013), que verifica que mesmo com todos os pontos positivos permitidos pelo acesso ao Programa Bolsa Família, as quebradeiras de coco babaçu não deixaram de realizar a prática de extrativismo, pois, a prática lhes permite renda ao final do dia.

Em relação à atividade agrícola, 72,2% responderam que não houve diferença, pois sempre trabalharam na roça e permaneceram com os cultivos agrícolas. Já 16,7% relataram aumento da

atividade agrícola, pois puderam pagar alguém para ajudar na atividade, além de apoiar na compra de ferramentas e insumos. E 11,11% responderam que sua atividade na agricultura diminuiu, mas as respostas obtidas não estavam relacionadas ao Programa. Dentre estas respostas encontram-se o trabalho em outra atividade (pedreiro), e a terra estar mais fraca.

Já em relação à prática de criações de animais, 72,2% relataram que não houve diferença na atividade a partir do acesso ao benefício do Programa, enquanto 25% dos entrevistados responderam que aumentaram a criação animal, pois, o recurso que sobrava permitia a compra de milho, ou investir na criação. Outros relataram apenas que um dinheiro a mais entrou, enquanto apenas um entrevistado (2,8%) relatou que diminuiu sua criação, pois, estava sem condições para fazê-lo, não sendo esta resposta relacionada ao acesso ao Programa.

Analisando de acordo com os grupos entrevistados, os homens acima de 35 anos foram os que mais reportaram não ter havido diferença no extrativismo (80%), seguido das mulheres da mesma faixa de idade (77,8%), enquanto 55,6% das mulheres e 62,5% dos homens com menos de 35 anos reportaram que a atividade não foi afetada. No caso das mulheres, igual proporção indicou ter havido aumento e diminuição na atividade, sendo esta proporção de 22,2% para as mais jovens, e 11,1% para as com mais de 35 anos. Já no caso dos homens, a percepção predominante foi de uma maior proporção de respostas indicando ter havido aumento na atividade, comparado à redução.

Em relação à agricultura, 100% das mulheres acima de 35 anos e 90% dos homens nesta faixa de idade relataram que não houve diferença no envolvimento da família na atividade, opinião expressa por 33,3% das mulheres e 62,5% dos homens com menos de 35 anos. Quanto à criação de animais, apenas uma resposta indicou menor envolvimento na atividade, no caso de um homem com mais de 35 anos. Mulheres dos dois grupos de idade predominantemente relataram não ter havido diferença na atividade a partir do acesso ao benefício, correspondendo a 77,8% das respostas. Já a categoria de homens até 35 anos foi a que mais relatou aumento da prática, com 37,5% das respostas.

O trabalho na agricultura e criação de animais constitui parte da renda dos domicílios entrevistados. Grande parte dos entrevistados abordou não haver diferença após o acesso ao recurso, além de atuar como fortalecimento de suas práticas para alguns beneficiários, contrapondo o argumento de abandono das práticas agrícolas devido ao acesso a um programa de transferência de renda como o Programa Bolsa Família.

Essa observação difere do estudo de Lui & Molina (2013) em que alguns beneficiários mencionaram que houve uma diminuição das atividades agrícolas e extrativistas, presumindo um abandono após o acesso ao programa de transferência de renda. Para Suárez & Libardoni (2006), mesmo com argumentos de que o benefício do Programa Bolsa Família é analisado como incentivo à acomodação, para os beneficiários ele atua como uma ajuda na obtenção de bens para a subsistência da família, pois, é apenas um complemento para a renda familiar.

A Tabela 4 demonstra por quantos anos mais os entrevistados pretendem receber o benefício do Programa Bolsa Família. É possível observar que dos 36 entrevistados, 44,4% esperam receber o benefício por um período adicional entre 10 a 20 anos, e 36,1% por mais 20 anos. Apenas

19,4% esperam recebe-lo por menos de 10 anos. É possível observar que, dentre os grupos, os homens com até 35 anos são os que proporcionalmente responderam esperar receber pelo período mais curto (menos de 10 anos), correspondendo a 37,5% dos entrevistados no grupo. Já 60% dos homens acima de 35 anos relataram que esperam receber o recurso pelo período mais longo (mais de 20 anos). Por outro lado, mulheres de até 35 anos são as que mais esperam receber o benefício por um período adicional de 10 a 20 anos, expresso por 77,8% das entrevistadas do grupo, enquanto a maior parte das mulheres acima de 35 anos esperam receber por mais de 20 anos (44,4%). É possível observar, portanto, que os grupos dos mais velhos esperam receber por mais tempo o benefício.

**Tabela 4 - Tempo adicional em anos que os beneficiários esperam receber o benefício**

grupo	n	quantos anos esperar receber o benefício		
		<10 anos	10-20 anos	>20 anos
mulheres ≤ 35 anos	9	1	7	1
	%	11,1	77,8	11,1
mulheres > 35 anos	9	2	3	4
	%	22,2	33,3	44,4
homens ≤ 35 anos	8	3	3	2
	%	37,5	37,5	25,0
homens > 35 anos	10	1	3	6
	%	10,0	30,0	60,0
Total	36	7	16	13
	%	19,4	44,4	36,1

*Fonte: Pesquisa de campo, 2018.*

No estudo de Medeiros & Santos (2016), os beneficiários relataram que devem ter acesso ao benefício até melhorarem de vida (62,76%), outros responderam que deveriam receber para sempre (15,17%), e 15,86% alegaram que deveriam receber por um pequeno período ou provisoriamente, e apenas 6,21% responderam de precisariam receber até encontrarem um emprego.

Por fim, a Tabela 5 demonstra a percepção das famílias sobre o efeito nos domicílios rurais caso o Programa Bolsa Família fosse encerrado. As respostas espontâneas dos entrevistados à pergunta aberta foram agrupadas quando possuíam o mesmo sentido, resultando as seguintes categorias: maior trabalho no extrativismo e na roça, piora da situação familiar (ruim, muito preocupante, situação precária, iria sofrer muito), redução da renda (sentir falta do dinheiro que ajudava, diminuiria a renda) e não iria fazer muita falta.

Dentre os entrevistados 69,4% responderam que o efeito seria a piora da situação familiar, 22,2% relataram que haveria redução na renda familiar, 5,6% disseram que não iria fazer muita falta por possuírem outras fontes de renda e 2,8% constataram que teriam que trabalhar mais no extrativismo e na roça.

Quanto aos grupos analisados, destaca-se a porcentagem de mulheres com menos de 35 anos e acima de 35 que indicaram a piora da situação familiar, respectivamente 88,9% e 77,8%, e a de homens com mais de 35 anos que indicam redução da renda (60%). Apenas uma entrevistada da categoria de mulheres até 35 anos respondeu que aumentaria o trabalho no extrativismo e na roça, correspondendo a 11,1% do grupo, enquanto apenas dois homens até 35 anos relataram que a falta de recurso do programa não iria fazer muita falta, correspondendo a 25% dos entrevistados desse grupo.

**Tabela 5 - Efeito para a família beneficiária caso o Programa Bolsa Família fosse encerrado**

grupo	efeito para a família caso o programa fosse descontinuado				
		maior trabalho no extrativismo e na roça	piora da situação familiar	redução da renda	não iria fazer muita falta
mulheres ≤ 35 anos	n	1	8	0	0
	%	11,1	88,9	0,0	0,0
mulheres > 35 anos	n	0	7	2	0
	%	0,0	77,8	22,2	0,0
homens ≤ 35 anos	n	0	6	0	2
	%	0,0	75,0	0,0	25,0
homens > 35 anos	n	0	4	6	0
	%	0,0	40,0	60,0	0,0
Total	n	1	25	8	2
	%	2,8	69,4	22,2	5,6

*Fonte: Pesquisa de campo (2018).*

Apesar dos dados aqui analisados demonstrarem que os recursos do Programa são limitados e não correspondem a uma parcela significativa da renda monetária da maioria das famílias, o Programa não deixa de ser importante por colaborar com o bem-estar das famílias rurais. Segundo Moraes & Mazzioni (2017), a perda do benefício do Programa Bolsa Família deixaria algumas famílias em condição de vulnerabilidade social. Tal situação se deve porque para alguns beneficiários, o recurso monetário é a única fonte de renda no domicílio. Dessa forma, se torna relevante a permanência de políticas sociais como programas de transferência de renda, de modo a reduzir a situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a qualidade de vida das famílias.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de dados levantados é possível observar a importância do Programa Bolsa Família para os residentes do Município de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, pois, de acordo com os entrevistados o Programa colabora para o bem-estar no meio rural, apresentando

elevado índice de contribuição para a qualidade de vida de sua família. Os grupos de entrevistados acima de 35 anos demonstraram uma melhor percepção quanto à contribuição do Programa para as famílias.

O Programa contribuiu para o bem-estar das famílias rurais na medida que permite as mesmas adquirirem itens para as crianças, por ser uma renda adicional, ajudar na compra de alimentos, objetos para a casa e remédios.

Para a maioria dos beneficiários, o aumento do recurso seria a alteração que fariam para obter um resultado mais positivo nas comunidades. Essa alternativa foi citada principalmente pelos grupos de homens e mulheres acima de 35 anos.

A partir do acesso ao Programa Bolsa Família, não houve diferença para a maioria dos entrevistados na execução de suas atividades econômicas, como o extrativismo, agricultura e criação de animais. As respostas foram mais frequentes nos grupos de homens e mulheres mais velhos, exceto relacionado à criação animal, a qual somente os grupos de mulheres foram os que mais relataram não haver diferença na prática. Tais resultados se contrapõem aos argumentos de abandono das atividades, pois, muitos reconhecem o recurso do Programa como complemento de renda, e por isso continuam a realizar as suas práticas agrícolas para garantir o bem-estar.

Em relação à percepção dos entrevistados quanto às consequências no domicílio se o Programa fosse descontinuado, a maioria relatou que espera receber o benefício por um período adicional de 10 a 20 anos, embora o grupo de homens e mulheres acima de 35 anos esperem receber o benefício por mais de 20 anos. A principal fonte de renda que substituiria o benefício seria o trabalho próprio dos entrevistados na agricultura, sendo mencionado principalmente pela categoria de homens acima de 35 anos. De acordo com os beneficiários, o principal efeito do encerramento do Programa Bolsa Família seria a piora da situação familiar, o que foi indicado principalmente para as famílias das entrevistadas mulheres. Muitos entrevistados abordaram que o recurso é pouco, mas é o pouco que ajuda muito e complementa a renda familiar. Alegam ser necessário não somente a atuação do Programa Bolsa Família nessas comunidades, mas de outras políticas públicas que fortaleçam as atividades agrícolas dessas famílias de forma eficaz.

É necessário observar a percepção dos beneficiários quanto o acesso ao Programa Bolsa Família, de forma para preencher a lacuna de trabalhos nessa área e contribuir para ações governamentais visando o aperfeiçoamento não só do Programa, mas de medidas que ofereçam melhores condições para as famílias rurais e não rurais que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, para de fato superar a desigualdade social. A partir da percepção local, é possível confirmar a relevância do Programa para as famílias, contrapondo argumentos preconceituosos que insinuam a acomodação dos beneficiários.

## REFERÊNCIAS

- Ahlert, M. A. (2013). 'precisão' e o 'luxo': usos do benefício do programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 38, 69-86.
- Brandão, A., Dalt, S. da, & Gouvêa, V. H. (2006). Segurança alimentar e nutricional entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. (org.).

*Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social.* Brasília, DF: MDS; SAGI, 99-115.

- Brasil. (2017). *Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC)*. Brasília: Instituto Nacional do Seguro Social. Acesso em 23 de janeiro de 2019, em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/>.
- Brasil. (2015). *Bolsa Família*. Brasília: Secretaria de governo. Acesso em 29 de outubro de 2018, em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/bolsa-familia>.
- Brasil. (2017). *Bolsa Família*. Brasília: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Acesso em 11 de janeiro de 2019, em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/bolsa-familia-saiba-quais-sao-as-regras-para-participar-do-programa>.
- IBGE. (2017). *Censo Agropecuário 2017: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE. Acesso em 15 de janeiro de 2018, em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#caracteristicas-estabelecimentos>.
- IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo*. Rio de Janeiro, Brasil: IBGE. Acesso em 24 de setembro de 2018, em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>.
- IBGE. (2018). Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em 11 de janeiro de 2019, em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>.
- Lima, F., Melo, F., & Soares, L. A. (2017). Territorialização do programa Bolsa Família na comunidade rural Sítio Carnaubal – Água Nova/RN: a voz dos beneficiários. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, Porto, 12, 179-203.
- Lui, G. H., & Molina, S. M. G. (2013). Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 38, 137-155.
- Medeiros, B. T. de, & Santos, V. F. (2016). O perfil dos beneficiários do programa Bolsa Família no município de Chapecó-SC. *Revista Grifos*, Chapecó, 25 (40): 99-117.
- Medeiros, M., Britto, T., & Soares, F. (2007). Transferência de renda no Brasil. *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 79, 5-21.

- Moraes, T. L. de, & Mazzioni, S. A. (2017). *Importância do Programa Bolsa Família no desenvolvimento social e econômico do Município de Quilombo – SC*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Desenvolvimento Regional e Sustentável) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó.
- Nascimento, A. F. do, & Reis, C. N. dos. (2009). Os programas de transferência condicionada de renda na América Latina: especificidades de uma realidade que se mantém. *Revista de Política Pública de São Luís*, 13 (2): 183-193.
- SOARES, V. F. *et al.* Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Brasília: Ipea, 2006. v. 2.
- Suárez, M., & Libardoni, M. (2006). O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. *In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. (org.). Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social.* Brasília, DF: MDS; SAGI, 119-160.